

NOVA ÁGUIA

Revista de Cultura para o Século XXI

Nº 24 – 2º SEMESTRE 2019

ENSAIO & POESIA | TEMAS & AUTORES

AFONSO BOTELHO

nos 100 anos do seu nascimento

homenagem a

JOÃO BIGOTTE CHORÃO

Textos e Testemunhos de J. Pinharanda Gomes,
Alfredo Campos Matos, Annabela Rita,
António Braz Teixeira, António Cândido Franco,
António Leite da Costa, António Manuel Pires Cabral,
Artur Anselmo, Eugénio Lisboa, Isabel Ponce de Leão,
Jaime Nogueira Pinto, Miguel Real,
Paulo Ferreira da Cunha e Paulo Samuel

outras evo(o)cações

JORGE DE SENA

JOSÉ HERMANO SARAIVA

Zéfiro



AFONSO BOTELHO NO 57: MOVIMENTO DE CULTURA PORTUGUESA

Artur Manso

AFONSO BOTELHO (1919-1998) E A COLABORAÇÃO EM 57

57 – *Folha independente de cultura*, foi o Órgão do Movimento com o mesmo nome cuja quase totalidade dos seus membros se inseriam, também no movimento da designada Filosofia Portuguesa, com um forte enfoque na educação estética e artística. O seu conteúdo liga-se à estética, literatura, educação, filosofia e cultura portuguesa. Foram publicados um total de onze números entre o ano de 1957 e 1962, mantendo, portanto, uma periodicidade irregular. Teve desde o início a direcção de António Quadros que partilhou em alguns números com Orlando Vitorino e Fernando Morgado. Entre os vários redactores aparece Afonso Botelho e a sua colaboração, que não é extensa, aborda a filosofia, estética, literatura, educação, ensino, cinema, cultura portuguesa, publicação literária, tendo dado contribuição significativa aos Teoremas do 57 que foram longamente expostos em vários números e eram assim apresentados¹:

É nosso intuito, ao publicarmos estes teoremas não só desfazer dúvidas acerca das doutrinas que propugnamos, como também impedir aquela falta de seriedade muito comum em certos ambientes portugueses, que atribui intenções e finalidades a quem, como nós, de alma aberta e espírito compreensivo, defende e afirma um pensamento que não se lhes adequa. Para maior clarificação do leitor, não nos limitamos a apresentar os nossos teoremas, expressos nas sínteses

do 57, mas precedemo-los das teses e antíteses em que se opõe a dualidade dominante que divide os portugueses cultos de nosso tempo. Assim, o leitor compreenderá o que negamos (tese e antítese) e o que afirmamos (síntese), ou melhor, o que pretendemos transcender num movimento real a que damos o esquema vivo da dialéctica hegeliana. A publicação destes teoremas não é apenas o sumário de uma doutrina: todos os teoremas apresentados se fundamentam em artigos e ensaios publicados pelos seus redactores nos três primeiros números do 57. No conjunto dos teoremas, não deve o leitor procurar um bloco dogmático: entre alguns deles, se não se manifestam contradições, exprime-se uma diversidade que representa a liberdade singular de cada um. Princípio essencial para todos nós, é o de que só na variedade e na compreensão das diferenças, pode haver seriedade de pensamento e unidade de acção (57, ano 1, nº 3-4, 1957, p. 2).

Na verdade, esta participação, deixa-nos um real sumário daqueles que se tornaram os interesses intelectuais e especulativos do autor² que já se encontrava numa fase de pensamento amadurecido e aqui assina os seguintes textos: Nº 1, ano 1, 1957 – *O enigma dos painéis*, p. 16; Nº 2, ano 1, 1957 – *O existencialismo e a libertação do ensino*, p. 16; Nº 5, ano II, 1958 – *Inquérito aos pensadores portugueses*, p. 14 (na realidade é uma entrevista em forma de inquérito); Nº 8, ano IV, 1960, *O inconformista* (conto), p. 6; e

¹ Uma informação mais completa sobre a publicação pode ser recolhida em: Gama, Manuel. O Movimento 57 na Cultura Portuguesa. Lisboa, ICLP/MEC, 1991 e Matos, Álvaro Costa de. O Jornal 57: História & Memória, Lisboa, 24 de Junho de 2008. Hemeroteca Municipal de Lisboa (consultado a 5 Fevereiro 2019).

² Cf. os seguintes títulos: O poder espiritual da Universidade. Separata Revista Cidade Nova, 1949; O drama do universitário, Lisboa, Cidade Nova, 1955; Estética e enigmática dos painéis, Lisboa, Cidade Nova, 1954; Ensaios de estética portuguesa: Ecce Homo, painéis, Tomar Lisboa, Verbo, 1989; Saudosismo como movimento, Braga, Fac Filosofia, 1960; Da saudade ao saudosismo, Lisboa, ICLP, 1990; Saudade, regresso à origem, Lisboa, Instituto de Filosofia Luso-Brasileira, 1997; Teoria do amor e da morte, Lisboa, Fundação Lusíada, 1996.

ainda, em colaboração com Orlando Vitorino e António Quadros, N.º 2, ano 1, 1957 – *O Instituto do Cinema Português*, pp. 10-11; N.º 3/4, ano 1, 1957 – *A criação do Instituto do Cinema Português*, pp. 24-28. No N.º 8 (1960) desta publicação, na página 6, foi impresso o conto da sua autoria *O inconformista*, cuja temática versa a formação de um Estado soberano num pedaço de terra no Norte de África rica em petróleo e onde a religião dominante é o islão. O autor provoca uma discussão em torno do laicismo, da constituição a fazer e do papel do Estado e da economia privada nos fundamentos da sociedade. Daqui se infere que sem um bom governo capaz de tomar medidas sensatas que permitam alocar os recursos materiais às necessidades do povo, para pouco serve a abundância.

OS PAINÉIS DE NUNO GONÇALVES (C. 1420 – C. 1490) E A ESTÉTICA PORTUGUESA

Serão os Painéis de S. Vicente de Fora uma obra assim tão enigmática ou apenas uma composição pictórica sem qualquer pretensão para lá de contar visualmente, de forma condensada, a história de Portugal com os seus feitos e feitos, interpretando-a num sentido globalista? Ou será por essa significação estar alocada aos painéis que se torna enigmática? As complexas leituras que se geraram à sua volta pertencem a quem as faz e não a quem os pintou. Em vez do observador se fixar no que vê, parece ter mais interesse naquilo que podendo ser sugerido, não se encontra lá, precedendo a leitura ontológica em relação à gnosiológica. Não é só o clero, a nobreza e o povo que aí é representado, mas todo o mundo e aqui Botelho centra a sua atenção no interesse que gerou uma suposta “tora” no conjunto da obra sabendo-se que Nuno Gonçalves, era muito sensível ao simbolismo das imagens, elogiando a este propósito a leitura de Belard de Fonseca, centrada no universalismo e na figura de Sto António. A suposta “tora” aparecia agora como mais um elemento, junto a tantos outros, que iam enredando os intérpretes em leituras várias do significado dessa obra. Não nos esqueçamos que desde que este texto foi escrito até aos nossos dias, as interpretações não esmoreceram

e a controvérsia está longe de ter terminado. Antecipando que a controvérsia não esmoreceria, tanto mais que a única forma de manter viva a significação que nos escapa é encontrar significados para os símbolos que se distribuem ao longo da composição e como quem a compôs não deixou testamento sobre a encomenda, nada, portanto, pode escapar ao leque das plurais leituras que ela possa sugerir. A História de uma nação, normalmente, tem tanto de racional como de mítico, de simbólico, como de real e se assim não fosse, não haveria razão para um pedaço de terra e as gentes que lhe pertencem se diferenciarem dos restantes:

nenhum facto histórico ou documental vale a verdade de um argumento estético, é que nos devemos precaver contra a tirania do enigma, ganha à custa da expectativa em que nos colocaram os cultores da identificação dos painéis [...]. Raros são os teorizadores e críticos de arte que relacionam o símbolo com o espírito [...]. As imagens criadas com um sentido transcendente, tornam-se, neste caso, referências visuais indecifráveis e indecifradas pelo último documento descoberto [...]. E o documento, por seu turno, sobe ao lugar do símbolo, ficando a leitura deste suplectiva da leitura daquele, quando a simbologia deve, por si, constituir expressão e comunicação próprias de indicações do espírito (57, n.º 1, 1957, p. 16).

A discussão apaixonada e persistente acerca de um retábulo que na sua composição é tão realista, de certo modo é desproporcionada e tira o foco daquilo que interessa como a técnica que lhe subjaz, centrando-se em particularismos que tanto podem representar um segredo ou enigma como apenas serem artefactos que compõem a obra. O receptor de uma obra, aquele que a contempla tem toda a legitimidade de a recriar e de lhe atribuir sentidos, mas não pode extrapolar que a sua interpretação seja coincidente com o propósito do autor. À época em que os painéis apareceram muito do simbolismo invocado por Botelho, resultante de uma maneira de ser, de se afirmar e de se distinguir ante os outros povos não resultava com esta evidência. O maior enigma dos painéis é aquele que permite que imagens sequencialmente compostas contem a história de um povo tornando-a acessível aos

seus cidadãos não pela inteligência mas pela sensibilidade que vivendo num presente concreto não esquece o passado e anseia construir o futuro que aqui é a consumação da profecia da Terceira Idade, a do Espírito Santo onde o mundo será uno e todos em verdadeira igualdade viverão em paz e amor fraternal:

Os mistérios divinos são fonte de Amor e no Ecce Homo está compreendido o amor que um povo pode dedicar ao mistério da Santíssima Trindade. Por detrás de Cristo, velado pelo arrependimento humano e pelo Amor Divino já se pressente o consolador, o Espírito Santo (ib.).

EDUCAÇÃO E FILOSOFIA

O ensino e a educação foram de facto uma das preocupações centrais da corrente de pensamento da filosofia portuguesa. Já tinha passado mais de meio século no século XX e Portugal sob a tutela de um governo autocrático promoveu algumas reformas, mas ainda demoraria muitos anos, mesmo depois da revolução de 1974, a conseguir-se um ensino universal em todos os seus níveis e mesmo hoje, quase 20 anos passados dentro do século XXI, o Estado continua a não garantir a todos o ensino pré-primário. Os elementos do 57 que se foram envolvendo em outros movimentos similares, tiveram sempre a preocupação de levar a cabo uma reflexão sobre os princípios da educação em geral e do ensino superior em particular, que se instituiu como obsessão colectiva dos especulativos de então. Os intelectuais aqui filiados mantiveram como característica distintiva uma genuína preocupação com o ensino artístico como se verá mais à frente a propósito do cinema. No caso de Botelho, a reflexão sobre a educação e o ensino desenrola-se sob os auspícios da existência, entendendo-se que o seu centro terá que ser o indivíduo, mas não como uma abstracção: o indivíduo encarnado, cada um e cada qual, com os seus desejos e projectos e por isso os exames surgiam-lhe como os piores vícios do ensino, meros instrumentos de *opressão e desordem*, por atentarem simplesmente ao formalismo das aprendizagens, servindo, ainda, como principal promotor da disciplina. De forma radical associa a pena de

morte e de prisão, aos exames obrigatórios do ensino público:

Os exames, os concursos e o estado espiritual que eles provocam nos estudantes e professores de todos os graus de ensino é análogo, não só à prisão, mas também à pena de morte. Direi até que o carácter existencial da nossa pedagogia é o de uma verdadeira situação agónica (57, n.º 5, 1958, p. 14).

Era frustrante e continua a sê-lo ver tantos estudantes oprimidos por um número excessivo de exames que pouco beneficiam. Mas ao tempo serviam para humilhar os alunos, diminuindo-lhes a sua dignidade. Quem singrava na vida tinha passado pelas mesmas humilhações que agora aplicava a outrem que replicaria a seguir e assim sucessivamente. A aprendizagem não era (nem é) um prazer, mas sim um calvário de desilusões e sofrimento continuado:

o tempo está como que suspenso e o espaço limitado, de tal modo que o que nos admira, é que o português que percorre os degraus desta pedagogia angustiosante, ainda tenha alguma imaginação, algum espírito criador e senso bastante para resistir às lutas da vida quotidiana (ib.).

A educação não cumpre o seu papel pois ao estar focada na manutenção de uma determinada elite, impede que os mais aptos para aprender e fazer a diferença tenham acesso à formação que lhes seria devida, concluindo do penoso excesso dos exames:

Não há aristocracia sem privilégio e a igualdade entre os homens é uma utopia. O sistema de acesso social como o que o nosso ensino estabelece – e que é o único – não pode nunca criar uma aristocracia ou uma elite, pois o único privilégio que possibilita é o da libertação que o educando sente e deseja ao sair das suas malhas: é um privilégio negativo semelhante ao da prisão ou da pena de morte (ib.).

Mas poderia não ser assim, se em vez da disciplina se cultivasse a obediência que brota do desejo de aprender e nos leva a um aperfeiçoamento cada vez maior da nossa condição de existentes. Em Portugal, ao tempo de Botelho, como em quase todo o tempo o ensino universitário é refratário à mudança e o ensino secundário permanece centralizado pelas decisões ministeriais.

Ou seja, o ensino é abstracto, pouco ou nada atendendo á especificidade de cada um, e cada um, por si, tende a afastar-se de uma genuína preocupação social comum. Para a cristalização deste *status quo* contribuíram de igual modo as pedagogias escolástico-tomista e o cientismo positivista, pois ambas coincidem na defesa de um currículo orientado para o conhecimento:

coincidência entre a classificação das ciências deste movimento social e a hierarquia do conhecimento daquela escola filosófica, confundem-se as pedagogias servindo as paragens formais do pensamento escolástico que geram em degradação, psicologismos, logicismos e moralismos metafísicos, aos estados de evolução previstos na célebre lei de Comte, consciente e inconscientemente realizada na vida institucional portuguesa (57, n.º 2, 1957, p. 16).

O cenário educativo continuava a primar pelo formalismo dogmático, mas havia bons exemplos a destacar. Naquilo que lhe interessa, ressalva a introdução do existencialismo na Universidade com o intuito de contrariar a tendência abstracta do ensino e da aprendizagem, elogiando o método da pedagogia existencial de Delfim Santos que lhe parece poder dominar os currículos oficiais nomeadamente no ensino superior:

O existencialismo introduzido em Portugal, por via universitária, contribuiu efectivamente para que, entre os estudantes, se pusesse em dúvida a autenticidade da matéria ensinada, a exactidão das ciências matemáticas, aplicada ao saber da alma e do espírito, opuseram-se directamente as doutrinas existenciais, que libertaram assim o sujeito do conhecimento da total abstracção a que os seus atributos humanos estavam subordinados (ib.).

O existencialismo parecia-lhe ser a melhor forma de abordar a questão do ensino e mesmo que pouco apreciado pelos decisores políticos, nomeadamente pela valorização da subjectividade que é algo a abater nos sistemas de ensino pelo preconceito existente de que a autonomia e a livre determinação do pensamento, são verdadeiros potenciadores de actos subversivos e anti-sociais. Elogiava a prática pedagógica da Grécia antiga em que aquele que aprendia e aquele que ensinava o faziam em acto de convívio livre e dialogado, exemplo que esplendia,

agora, na pedagogia existencial praticada por Delfim Santos:

O entusiasmo verificado nos alunos do professor Delfim Santos pelas suas aulas, espontaneamente concorridas e vivas, o partido tomado a seu favor, partido que chegou a exteriorizar-se por salvas de palmas em plenos actos académicos, não distinguiram o escritor nem o expositor, mas o professor que proporcionava um novo tipo de convivência e trazia às relações precárias do ensino um método de humanização do conhecimento. É a integração no humano que os estudantes de hoje, epígonos de uma época de saber desumanizado, mais profundamente desejam (ib.).

Tinha chegado o tempo de reformar o cientismo e o positivismo que sendo úteis ao progresso do conhecimento abstracto e técnico, tinham retirado o acto de conhecer do próprio ser do homem, afastando-o da sua essência e isolando-o da sua subjectividade o que naturalmente dificultava a sua aproximação ao real que se quer conhecer. E novamente refere:

O reconhecimento da subjectividade determinou o sentido da acção pedagógica daquele professor, pela aplicação exaustiva dos recursos socráticos. A maiêutica era o objectivo das suas aulas práticas, sempre práticas, porque eficientes. [...] Devido à força do seu método os alunos transformavam-se efectivamente em estudantes, isto é, reconheciam-se como sujeitos do conhecimento, sentindo desabrochar o desejo pela diversidade de formas e actos do conhecer [...]. Habitados como estão a ver a cultura identificada e confundida com o saber formal das universidades, congressos e academias, nada esperam dela ou do que venha em seu nome. Antes da reforma da forma, precisam que se revitaliza a situação fundamental, inicial, do estudante (ib.).

A FILOSOFIA PORTUGUESA E A TEORIA DA SAUDADE

É na via existencialista que desenvolve a temática da filosofia, convicto que estava de que o homem não pode escolher com inteira liberdade a sua vida: não escolhemos onde nascemos nem quando, a nossa pertença a uma família a parte substancial da nossa educação... e o homem

português tende a resistir a esta interpretação preso como está à ideia de que a alma e sua salvação lhe impõem mais aceitação que livre decisão:

os maiores sofrimentos da vida portuguesa vêm dessa degenerescência da visão cristã do mundo, impôs-se-me como uma verdade a defender e a comunicar. Da ideia de que a alma pode existir na terra sem corpo passa-se facilmente aos actos da sua aniquilação ou da sua inútil flagelação. Considerando-nos nesta terra apenas como almas passamos a viver nela necessariamente como almas penadas (57, n.º 5, 1958, p. 14).

O cristianismo é simultaneamente um essencialismo e um existencialismo, ou um essencialismo que responsabiliza directamente cada um pela escolha que faz. O problema não é de fácil resolução e Botelho entende ser preciso uma atitude no sentido de evitar o sofrimento inútil que resulta de

o português transferir o sobrenatural para o natural, antes de tempo, isto é, de separar a alma do corpo antes da morte [...]. Sobre a tese cristã de que quem mais sofre na terra é quem mais merece o céu diz que os católicos têm a obrigação de a esclarecer para não identificarmos essa regra da nossa ascese, ou com um estoicismo de tipo pagão, ou com um pessimismo do tipo protestante. A não resistência e a sua justificação às formas do mal que o homem institui na vida comunitária (ib.).

Na verdade, a crença exige também ela condições particulares de amadurecimento e actuação ao serviço dos mais elementares direitos do homem, como é o caso da pena de morte:

Mesmo que os sociólogos demonstrassem por A + B que a pena de morte evitava o crime, o cristão devia continuar a propugnar a sua urgente abolição, pois tudo que diga respeito à vida ou à morte do homem só em teodiceia pode ser compreendido e o cristão é o único homem religioso que não pode negar a ressurreição actual do corpo (ib.).

Mas se a recusa dessa prática se lhe impunha por uma espécie de lei natural, também é certo que a fazia assentar em aspectos da doutrina cristã:

depois da aceitação dogmática da ressurreição de Cristo e da Assunção da Virgem, todo o corpo vivo possui um estado virtual de ressurreição contra o qual não há pena que se justifique. A pena

de morte já não é só um pecado contra o mandamento da criação, é também um pecado contra o mandamento da ressurreição (ib.).

Portanto não lhe resta qualquer dúvida que a pena de morte, quando acontece e onde acontece, é sempre uma injustiça do mesmo grau que aquela praticada por quem a ela é submetido. E mesmo a pena de prisão não lhe fica muito atrás. Nada adianta, contudo, como à luz do cristianismo se deve proceder nos casos em que a pena seja a prisão. Afinal nós vivemos no mundo onde a prática do mal é uma constante e a ser assim, temos que entender que também é nossa obrigação castigar os transgressores e proteger os mais frágeis. Não seria em tão poucas linhas que uma questão tão profunda poderia ser dirimida. Apesar das poucas certezas sobre a situação de cada um enquanto existente, impõem-se-lhe como uma evidência que a teoria da saudade é a característica mais distintiva da filosofia portuguesa:

A imaginação estética dos portugueses, nascida do sentimento da saudade, ou do amor convergente, voga sobre a fluidez da vida humana, por entre os escolhos da realidade concreta, e como não se queima no fogo do impossível, nem se afunda no enigma do ser, antes se cobre secretamente com o tempo e o espaço, liquefaz as imagens primitivas em entidades que ecoam o falar do espírito [...]. A visão transmuda-se em audição, o espaço em tradição oral (57, n.º 1, 1957, p. 16).

A sua reflexão sobre o tema é de facto longa e profunda em torno desse “caminho, já aberto, para o mundo em que o céu está presente”. Considerando esta maneira de pensar própria dos portugueses e daqueles que se expressam na nossa língua, que, de uma maneira ou de outra com a tarefa dos descobrimentos se tornou universal e cuja finalidade seria a realização do tudo em todos, pela reintegração das criaturas no Criador, do humano no divino. A Saudade torna-se a intermediária entre o homem ser finito no seu caminho para Deus, ser Infinito. É um sentimento de união que possibilita a unidade do Ser que se encontra fragmentado na criação, mesmo que seja defendida por uns e combatida por outros enquanto princípio ontológico dos povos de língua portuguesa:

Se a matéria do progresso do pensamento universal é, quando representado pelo sentimento da saudade, a sua forma mais adequada [...] é a da literatura portuguesa de ficção que parece poder ser criada nos próximos anos (57, nº 5, p. 14).

EDUCAÇÃO ARTÍSTICA: EM PROL DA CRIAÇÃO DE UM INSTITUTO DO CINEMA PORTUGUÊS

Já se tinha dobrado há alguns anos o século e Portugal em termos de ensino artístico continuava a não existir. São vários os exemplos desse desinvestimento na diversidade das artes que nesta publicação se dá conta. Este grupo de nacionalistas nunca deixou de pugnar por uma efectiva inversão dessas prioridades. É verdade que o ensino artístico é dispendioso, mas Portugal nem o promovia nem investia nele, ainda que tenuamente e provavelmente também não queria que a iniciativa particular o acarinhasse. Ao nosso autor coube, em colaboração com António Quadros e Orlando Vitorino, tornar público o que se passava na produção cinematográfica por não haver investimento na formação:

Em 50 anos de actividade, o cinema português não só não criou um estilo como nem sequer dominou uma técnica. Não dominou sequer os aspectos mais mecânicos da técnica cinematográfica; ainda não conseguimos, – tão só, tão só! – a reprodução aceitável do som, e os filmes de boa fotografia são excepções de espantar (57, nº 2, 1957, p. 10).

E ao tempo em que escreviam:

o cinema já só começa onde começa a arte, isto é, onde o domínio da técnica é total e perfeito [...] já não estamos nos bons tempos de simples curiosidade pela reprodução mecânica de movimentos e palavras [...] hoje já não há em qualquer categoria de público [...] desculpa para um filme que não ofereça a divisão do espectáculo ou a comoção da obra de arte (ib.).

O cinema português já tinha tido os seus tempos de glória mesmo que em frágeis condições relativamente ao meio e à técnica, indivíduos como Leitão de Barros, Lopes Ribeiro, Cotinelli Telmo, Manuel de Oliveira e Brum do Canto,

conceberam e realizaram filmes com o recurso ao seu saber próprio, à autoformação e não a conhecimentos técnicos adquiridos em qualquer escola da especialidade. E se realizadores de qualidade escasseavam também não havia uma política de coproduções, estando os estúdios da Tobis decadentes, não sendo, também, esta actividade subsidiada em termos aceitáveis. O estado em que se encontrava a arte em geral e o cinema em particular precisava de ver um sério incentivo à aprendizagem e ao conhecimento profundo do assunto que competia à educação escolar promover. Mas, essencialmente, era preciso que Portugal criasse, o mais brevemente possível, uma Escola de Cinema:

A criação de um Instituto do Cinema Português, será feita para o interesse de todos e que é com o espírito mais largo, mais amplo, mais compreensivo, sem distinções doutrinárias ou outras, sem limites que contradigam ou excluam, com a inteligência aberta a todas as correntes e a todos os indivíduos, que nós propusemos e nos batemos por uma instituição a que ninguém pode recusar utilidade, oportunidade, inevitabilidade (57, nº 3-4, 1957, p. 28).

Na verdade, uma grande maioria dos países da Europa já contavam com Institutos de Cinema oficiais harmonicamente incluídos na organização do ensino público fosse ou não de natureza universitária, apontando aqui, como modelo para a escola a criar, o italiano que estabelece o seu ensino na educação estética e na formação da personalidade artística do aluno. Apelava-se apenas à razoabilidade da política educativa para se interessar pelo desenvolvimento de todas as faculdades do homem: as científicas e as instrumentais, iam sendo mais ou menos garantidas, faltava avaliar o desenvolvimento das faculdades estéticas do ser humano através da criatividade e do cultivo das artes que nos fazem participar da Beleza. No caso do Instituto de Cinema deveria obedecer à seguinte orgânica de cursos práticos de dois anos:

1º ano construir equipas de produção dirigidas por um professor e constituídas por tantos alunos quantas as funções necessárias à elaboração do filme – além do ensinamento prático, haverá aulas de exposição, por técnicos, das especializações da

cinematografia em cada um dos seus aspectos; 2º e último ano – as mesmas equipas elaboram um filme em 35 mm, dentro do mesmo sistema de trabalho. Haverá aulas de estética baseadas na filosofia da arte, e divididas pela estética literária, teatral, plástica e cinematográfica feitas em seminário a sua criação deve também incentivar

a ligação a um Cine-Clube ao Conservatório Nacional e Escola de Arte Dramática estúdios e laboratórios existentes informam que continuam a reunir material e estudar as instituições congêneres estrangeiras para edificar o Instituto entre nós (ib. pp. 28-24).